

CSA - CÂMARA DE CIÊNCIAS APLICADAS ( PÔSTER )

NOME: ANA CAROLINA FELIX DE MENDONÇA

TÍTULO: A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DO TRABALHADOR NO TRIÂNGULO MINEIRO.

AUTORES: LÍGIA BARROS DE FREITAS , ANA CAROLINA FELIX DE MENDONÇA, LIGIA BARROS DE FREITAS

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PApq/UEMG

PALAVRA CHAVE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, MEIO AMBIENTE, POLÍTICAS PÚBLICAS.

**RESUMO**

O presente trabalho tem como base de estudo a atuação do Ministério Público do Trabalho na 3ª região, especificamente a Procuradoria Regional do Trabalho de Uberlândia, com enfoque no direito à saúde do trabalhador. Com isso, tem como objetivo analisar a interação do Ministério Público do Trabalho, sociedade civil e o Estado em relação a políticas públicas sobre o tema.

O Ministério Público do Trabalho tem sido importante ator na defesa dos direitos fundamentais trabalhista, especificamente na função de garantidor de interesses sociais e da democracia. Com enfoque nas suas coordenadorias nacionais, sendo uma delas a de proteção ao meio ambiente do trabalho – CODEMAT, sua relevância vem aumentando na área de proteção do meio ambiente do trabalho e do direito à saúde do trabalhador.

A pesquisa tem a finalidade de aumentar o debate sobre políticas públicas e estudos sobre o Ministério Público do Trabalho, pois ele tem atuado juntamente ao Poder Judiciário, através de Ação Civil Pública na defesa dos direitos ao meio ambiente laboral saudável e influenciando a ação dos outros Poderes.

Portanto, foi feito um levantamento de Ações coletivas a respeito do direito à saúde do trabalhador, propostas pelo Ministério Público do Trabalho, através de sua Procuradoria Regional de Uberlândia, e foram selecionadas as que se referiam aos municípios da mesma, após foram desmembrados em petições iniciais, sentenças, acórdãos.

No site do TRT3 realizamos pesquisa com palavras chaves sobre o tema, Foram encontradas 2.000 ações, entretanto, nesse conjunto o MPT ora atuava como "custos legis", ora como parte. Filtrando a busca, levando em consideração as cidades e ações nas quais o MPT atuava como polo ativo, foram encontradas 10 ações. Em análise preliminar, predominaram ações requerendo dano moral coletivo e, conseqüentemente, indenizações.